

# Parlamentarismo se fortalece

por Walter Marques  
de Brasília

O fortalecimento da tese parlamentarista vem sendo constatado por políticos de diversas correntes. No Palácio do Planalto o assessor especial do presidente José Sarney, Célio Borja, acredita que a sociedade caminha nesse rumo. Ele não tem a menor dúvida de que o Brasil precisa atualmente, para evitar novas crises institucionais, da adoção de um sistema de governo em que "o presidente, é o símbolo da autoridade, mas não é o detentor do poder". Este deve ser exercido colegiadamente pelo Congresso Nacional.

Também o ministro da Administração, Aluizio Alves, acredita que a tese parlamentarista tende a se fortalecer. Contudo, mais do que os méritos que teria como instrumento capaz de garantir estabilidade institucional, a tese parlamentarista surge agora como um escudo político que vem sendo lentamente forjado pelas elites do PMDB e do PFL para tentar evitar o retorno ao governo central de líderes políticos como Leonel Brizola, que costuma ser desclassificado pelos parlamentaristas convictos como personalidade populista.

Na análise de influentes funcionários do governo, as dificuldades econômicas do País articuladas ao processo de democratização política liberaram forças incontroláveis que têm emergido ao prosaísmo dos embates sociais através dos numerosos movimentos reivindicatórios que marcaram o ano de 1985 e

devem prosseguir em 1986. Esta movimentação crescente, em busca do atendimento de necessidades sociais, sobretudo nas relações de trabalho, tendem a criar um ambiente favorável à ascensão de lideranças carismáticas, afirmam as fontes.

Os receios em relação à confirmação dessas expectativas aumentam na medida em que o PMDB, partido de se firmou empu-

nhando bandeiras populares, teria que se afastar das posições de centro para ter um bom desempenho nas eleições de 15 de novembro próximo, mas, ainda assim, numa eleição direta para presidente da República, dificilmente conseguiria galvanizar os anseios populares, porque Brizola, na oposição, estaria em melhor situação para aglutinar as insatisfações do eleitorado.

O Parlamentarismo surge agora na concepção de seus defensores como o instrumento mais eficaz para assegurar uma evolução gradual da vida política nacional. Com o Parlamentarismo seria profundamente alterado o sentido do voto direto para presidente da República. Ele não teria mais nenhum poder em relação às nomeações de ministros, atos administrativos, definição das políticas e dos planos de âmbito nacional.

O presidente seria, conforme uma das idéias que vêm sendo debatidas no âmbito da comissão da Constituinte, presidida pelo jurista Afonso Arinos, o chefe das Forças Armadas, teria poderes na esfera das relações exteriores e poderia dissolver o Parlamento, convocando imediatamente novas eleições gerais, quando o Congresso Nacional, ao qual caberia escolher o gabinete de ministros e seu presidente, o

governo pelo jurista Paulo Brossard "não se trata de academicismo, abstracionismo, mas de uma preferência histórica", como ele diz. "É a forma mais moderna, de mais fácil execução e que apresenta melhores soluções para enfrentar os problemas permanentes dos governos." Lembra o consultor geral da República "a alta função do presidente" no parlamentarismo, como "chefe, magistrado, podendo até sair da minoria".

Paulo Brossard acredita que o sistema presidencialista "entrega o País a um segmento da sociedade, formando um sistema social unicelular. O parlamentarismo é pluricelular, compõe as grandes forças conflitantes da sociedade". Paulo Brossard acha "lamentável" o uso da tese das diretas para presidente como se fosse o último estágio da democracia: "Há um preconceito no Brasil porque estamos saindo de um longo período de autoritarismo, e diretas não é a solução". Brossard não concorda com o discurso do PDT, que considera parlamentarismo golpe de estado: "Porque os caudilhos não gostam de parlamentarismo?" pergunta o ex-senador. Ele mesmo responde: "Porque o caudilhismo tem rastros autoritários de monarquia".

por Carlo Ibers de Freitas  
de Brasília

O consultor geral da República, ex-senador Paulo Brossard, detém o poder de lançar no cenário político brasileiro um fato que pode ter profundas consequências para a sucessão do presidente José Sarney: o parlamentarismo. O ex-senador é o relator do comitê que estuda os poderes que serão atribuídos ao Executivo e ao Legislativo e as relações entre eles, na Comissão Constituinte presidida pelo jurista Afonso Arinos.

Os trabalhos da comissão serão divulgados e servirão para debate nos diversos segmentos sociais. Entretanto, Paulo Brossard não gosta do nome "anteprojeto constitucional do Executivo", mas acha que "o lógico é que saiam publicados os resultados dos seus estudos". O jurista defende a adoção de um parlamentarismo "puro", do tipo alemão, por exemplo, em que apenas o Parlamento é escolhido por eleições diretas, ficando a escolha do presidente e do primeiro-ministro sob a responsabilidade dos deputados eleitos, com escolha indireta. No parlamentarismo, disse o ex-senador, "o presidente não governa. Quando o eleitor vota, está escolhendo é uma política".

A defesa do sistema parlamentar de

## Brossard, o relator

ANC 88

Pasta Jan/Maio 86

012